

# IMPRESSÕES JORNALÍSTICAS SOBRE O PORTO NA GRANDE GUERRA

FRANCISCO MIGUEL ARAÚJO\*

Numa cidade como o Porto em que os ideais liberais e nacionalistas se encontravam há muito enraizados na génese de uma personalidade portuense ou «tripeira», sempre lutando pelas aspirações mais legítimas de afirmação e salvaguarda dos direitos do seu coletivo, o deflagrar de um novo conflito bélico na Europa em 1914 foi um acontecimento que as suas gentes não deixaram de encarar, com um misto de gravidade e de exaltação, quanto ao futuro da Liberdade. A questão da Grande Guerra despertava ainda maior interesse perante a menoridade da República Portuguesa, percurso que se lançara no burgo na então malograda revolta de 31 de janeiro de 1891, que encontrava nesta localidade uma forte base de apoio popular e importantes individualidades na afirmação desse regime político, cioso de assegurar o seu prestígio e reconhecimento internacional na esfera do demoliberalismo.

A luta mundial entre os países de tendência liberal contra os imperialistas e autocráticos, estes negando princípios fulcrais como os da liberdade, igualdade e do nacionalismo, cedo fizeram pender um apoio declarado de Portugal e do Porto pela primeira das forças. Não obstante esse ter sido somente declarado de forma oficial sensivelmente a meio do conflito, após a declaração de guerra da Alemanha a 9 de março de 1916, a imprensa periódica nacional acompanhou com grande destaque todas as movimentações político-diplomáticas e militares de uma guerra que se tornara mundial com o passar dos meses. *O Comércio do Porto*, o *Jornal de Notícias* e *O Primeiro de Janeiro*, todos jornais compostos e impressos no Porto, reservaram nas suas páginas vários artigos de fundo e noticiários sobre esta temática e as suas reações e vivências ao nível do panorama local nos diferentes domínios e entre a atuação das instituições e dos agentes sociais portuenses.

---

\* Faculdade de Letras da Universidade Porto | CITCEM | FCT – frmi.araujo@gmail.com

Se os acontecimentos marcantes desta conflagração de 1914-1918 são por demais conhecidos, mesmo que de uma forma global pela maioria do grande público, a sua correlação numa perspectiva mais circunspecta e local à cidade do Porto continuam por deslindar de uma forma mais abrangente, dando um sentido a certas representações patrimoniais e toponímicas esquivas no quotidiano dos seus habitantes e visitantes. Justamente, esta problemática histórica enquadrada neste epicentro geográfico, naturalmente associando-se às grandes linhas de evolução nacional, constituem o cerne deste ensaio que aqui se subscreve: afinal, como se viveu e se metamorfoseou o Porto durante os anos de guerra?

Tal empreitada será exequível através do recurso às impressões jornalísticas como fonte documental privilegiada, com especial incidência para a História Contemporânea e num país como o nosso pela importância dos «jornais no capítulo da propaganda doutrinária da República»<sup>1</sup>, mas não tanto se considerarmos a consulta de centenas de números ao longo de mais de quatro anos! Deste modo, entendeu-se ser valioso o recurso a uma outra fonte periódica, a secção «Aconteceu há 50 anos... diário retrospectivo», tradicional segmento da revista *O Tripeiro: revista mensal de divulgação e cultura, ao serviço da cidade e das suas tradições*, nomeadamente os números de 1964-1968 da sua VI série. Da autoria de Manuel do Nascimento de Sousa, trata-se de uma compilação das mais importantes notícias de cada mês com foco nos factos ocorridos no Porto ou envolvendo as suas individualidades pela leitura d'*O Comércio do Porto*, concebido como resposta às necessidades históricas ou mera curiosidade dos seus leitores, no respeito pelo seu predominante cunho literário-histórico portuense<sup>2</sup>.

Ora, como qualquer fonte periódica, na sua abordagem existem questões de natureza metodológica que convém desde logo clarificar, aprofundando assim a sua credibilidade histórica pela exegese crítica. A primeira das quais será estarmos perante uma dupla triagem da informação, quer a da equipa redatorial da época na seleção e comentários dos eventos diários, quer depois a do compilador da mencionada secção que volta a proceder a nova escolha segundo uma ótica local e com novos crivos diacrónicos. Designadamente, a adaptação a resumo em curtas linhas das notícias, a vigência de uma comissão da censura em pleno Estado Novo na linguagem e interpretações extrapoladas ou um certo revisionismo histórico dos acontecimentos, relegando certas contextualizações nacionais e internacionais nas entrelinhas da sua escrita<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> TENGARRINHA, 1989: 240.

<sup>2</sup> ARAÚJO, 2014a.

<sup>3</sup> Talvez o «silenciamento» mais peculiar nesta retrospectiva d' *O Tripeiro* será o da omissão das notícias respeitantes ao portuense João Ferreira de Almeida, o único soldado e cidadão português condenado à morte no século XX, ao abrigo de uma cláusula jurídica de 1916 em contexto especial da Grande Guerra. Considerado culpado de traição à Pátria em Tribunal de Guerra, por pretensas intenções de passar para o lado inimigo, as condicionantes do processo levantaram sempre impressões divergentes

Por outro lado, o próprio *O Comércio do Porto* de então apresentava as suas próprias limitações, o normal desfasamento entre o facto ocorrido e a sua notícia posterior no dia seguinte ou o de não haver tiragem à segunda-feira, agrupando então esse dia ao de domingo para a edição de terça-feira. Bem como um ou outro lapso entre datas por não serem imediatamente publicadas por questões de linha editorial ou de composição gráfica, ou até a sua suspensão temporária, como a verificada entre 10 e 16 de agosto de 1915 motivada por uma greve dos tipógrafos. Todas estas situações são reportadas pelo compilador responsável d'*O Tripeiro* e até por algumas chamadas de atenção dos leitores, sendo que no seu trabalho respeita também um mesmo princípio fixo: a ordenação das notícias por cada dia de cada mês conforme se sucederam, ao invés do dia em que foram noticiadas no periódico.

Obviamente, cada número do jornal apresentava em artigos de fundo e pequenas secções o noticiário da guerra entre os dois lados beligerantes: situação nos países envolvidos, legislação político-militar e a evolução do próprio conflito, informando sobre movimentação de tropas, altercações e combates, personalidades e militares envolvidos, situações inéditas que se passavam, a moral das tropas e populações, etc. Por exemplo, mesmo relativo à participação portuguesa havia pequenos separadores de notícias com as diferentes situações nacionais nesse *devoir* histórico: o impasse entre a pró e a anti-intervenção, decisões das autoridades governamentais e militares, róis dos soldados mortos, desaparecidos ou prisioneiros, intervenção de certas figuras de relevância social, movimentação e condição das tropas para as frentes africana e europeia.

Não sendo, contudo, o intento desde artigo expor uma cronologia sincrónica da História da 1.<sup>a</sup> República Portuguesa ou da Grande Guerra facilmente consultável em monografias ou atlas históricos, também não se aplicará esse modelo à análise das repercussões que esta primeira hostilidade mundial teve sobre a cidade e as gentes do Porto. Antes decidiu-se por um levantamento dos acontecimentos históricos nas diferentes dimensões da sua vida endógena – política, económica, social, cultural e assistencial – tendências evolutivas que serão enquadradas numa conjuntura global e entrosada com o protagonismo para o domínio militar. Desta forma, correspondendo em geral aos dois grandes períodos que se inscrevem na própria posição de Portugal face à 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial: a não declaração formal da neutralidade entre 1914-1916 e a intervenção militar de 1916-1918, evidenciando as suas idiosincrasias e clivagens na segunda maior cidade portuguesa.

---

entre as próprias autoridades militares e, mais recentemente, a Liga dos Combatentes têm pugnado pela sua amnistia.

## 1. VERÃO DE 1914: O ANÚNCIO DE UMA NOVA GUERRA EUROPEIA E A SUA RECEÇÃO NO PORTO

A manchete com o assassinato do arquiduque Francisco Fernando em Sarajevo, a 28 de junho de 1914, escondia ainda o futuro sombrio que espreitava o destino da Europa. As apreensões que esta morte representava no perigoso sistema de alianças entre as muitas potências europeias, fundado em rivalidades económicas e coloniais e na procura da influência política além-fronteiras, não terão sido totalmente des-cortinadas pela maioria da população... Enquanto as declarações de guerra entre os vários países foram sendo proclamadas, entre finais de julho e inícios de agosto, muitos acreditavam que a contenda seria prontamente resolvida, sobretudo pelo poderio militar e o embate de forças que opunha os britânicos aos alemães.

Na cidade do Porto, os primeiros dias desse mês de agosto ficaram marcados pelos anúncios às comunidades francesas e alemãs aí residentes da mobilização dos mancebos em idade militar, devendo apresentar-se imediatamente nos seus respectivos países, depois de ambas as nações estarem formalmente em guerra entre si. Os naturais receios face a novo conflito armado europeu levaram a que muitos dos portuenses protegessem os seus bens, provocando uma corrida ao Banco de Portugal para trocar o papel-moeda por prata, valor mais seguro, fazendo com que muitos comerciantes se recusassem a aceitar as divisas monetárias. O Governo Civil lançou vários editais para se precaver contra tais riscos económicos e subseqüentes especulações oportunistas: penas para quem não aceitasse as notas do banco, suspensão temporária das operações na Bolsa do Porto e proibição de acumulação de moeda e géneros alimentícios.

Esponaneamente, os portuenses começavam a prestar manifestações de despedida aos cidadãos franceses que da estação de São Bento partiam para as suas pátrias, entre familiares, amigos e colegas de trabalhos e outros tantos anónimos, aparentemente muito mais concorridas do que às dos súbditos alemães. Alguns estudantes liceais locais, inspirados pela defesa da Bélgica e da França contra o expansionismo alemão, fugiam de suas casas e partiam clandestinamente do país para se alistarem voluntariamente nesses exércitos, conforme as queixas na polícia das suas famílias e dos seus professores. Pelo menos, sete jovens são presos em Vigo e recambiados para casa durante essa tentativa de fuga, embora a pronta entrega de passaportes pelo Consulado Francês local lhes tenha permitido dar continuidade à sua missão pessoal.

A 7 de agosto foi transmitida a declaração oficial de Portugal, em texto aprovado em reunião extraordinária do Congresso da República, reafirmando o cumprimento dos acordos diplomáticos com a ancestral aliada Grã-Bretanha, sem porém secundar o seu aviso de guerra contra a Tríplice Aliança, e a organização de expedições

militares para as colónias africanas de Angola e Moçambique, que pela proximidade de fronteiras com o Sudoeste Africano Alemão e a África Oriental Alemã urgia defender. Curiosamente, dois dias antes, uma manifestação antiguerra promovida pelo Partido Socialista, na Praça da Trindade, acabara com a dispersão de milhares pelas forças policiais por ordens superiores, que também exigiram a apreensão dos jornais católicos portuenses que seguiam por tal diapasão. Nessa tarde conhecida a posição nacional, outra grande manifestação popular partiu da Praça da Liberdade percorrendo as artérias centrais do burgo para saudar os representantes diplomáticos da Inglaterra, França, Rússia e Suécia e as unidades militares portuenses.

As semanas que se seguiram até ao final desse mês dão conta de vários preparativos militares na cidade, onde se localizavam na Divisão Militar do Porto alguns dos regimentos nucleares do Exército Português: os quartéis de Artilharia 6 (Serra do Pilar), os de Infantaria 6 (ex-CICAP), 18 (Praça da República) e 31 (São Bento da Vitória) e o de Cavalaria 9 (Serpa Pinto)<sup>4</sup>. O recrutamento de alguns desses esquadrões para as primeiras campanhas africanas e a chegada de contingentes militares de outras unidades nortenhas que a eles se juntavam, com calorosas despedidas populares na partida para a capital, a criação de um curso de preparação de oficiais instrutores em Infantaria 6 ou o recenseamento de todos os solípedes e viaturas no distrito para futura mobilização no Exército Português, incluindo o «Aeroplano da Creche O Commercio do Porto», o primeiro registado no país. E, obedecendo a portarias nacionais, as comissões de censura à Imprensa e a apreensão de todos as antenas e postos particulares de T.S.F., provavelmente para não interferir nessa rede com as comunicações militares, náuticas e com o exterior.

Outras preocupações de foro económico-social começavam a tomar a atenção das agremiações associativas e da Câmara Municipal do Porto, ganha pelos democráticos nas eleições municipais e intercalares de 1913, centradas na situação da exportação do Vinho do Porto e das classes operárias cidadinas com o incremento das operações militares por terra, pelo ar e pelo mar. Se para o comércio do primeiro examinavam-se os riscos do seu transporte e a contração das encomendas pela Grã-Bretanha, para os operários e trabalhadores indiferenciados previa-se a estagnação de várias atividades profissionais incitadas por uma economia de guerra, devendo-se precaver o eventual decréscimo das suas condições de vida com o recrutamento para novas obras públicas e a abertura das cozinhas económicas. Já a firma portuense *Paiva & Irmão & C.<sup>a</sup>* prestou uma homenagem ao oprimido povo belga, oferecendo-lhes vários objetos de utilidade doméstica, um deles o hoje indecifrável «Lar Português», encomendados à Fundação de Gondomar.

<sup>4</sup> Decreto de 25 de Maio de 1911: Organização Geral do Exército. *Diário do Governo*: I série, n.º 122 (1911).

## 2. DE SETEMBRO DE 1914 A MARÇO DE 1916: A DUALIDADE NACIONAL E O PATRIOTISMO PORTUENSE

A pseudoneutralidade que marcou a política e diplomacia internacional de Portugal ao longo deste período, muito pela ingerência dos britânicos cientes da nossa real capacidade de combate e do inevitável apoio económico e militar que nos teriam de prestar, não deixava de ser um reflexo das divergências entre as principais forças políticas internas sobre um conflito europeu que se alastrava a uma dimensão mundial. O Partido Democrático de Afonso Costa e parte do Partido Evolucionista de António José de Almeida eram a favor de uma intervenção armada ao lado dos Aliados, o Partido Unionista de Brito Camacho defendia a restrição ao domínio da defesa da frente colonial e os monárquicos, católicos e conservadores apelavam a uma neutralidade oficial como a de Espanha de Afonso XIII.

Nos meandros dos bastidores do Congresso da República, entre as conversas e boatos pela Câmara dos Deputados e o Senado, tal cissão de ideais cooperava na crescente instabilidade governativa no respeito pelo pedido britânico de não se tomar qualquer posição oficial quanto à Grande Guerra. Isto porque as três expedições africanas que o Governo enviou para Angola e Moçambique, entre 1914-1916, não foram consideradas como um ato de hostilidade entre portugueses e alemães, aceitando-se as incursões de tropas inimigas e as pequenas escaramuças registadas como movimentos de controlo das fronteiras coloniais. De resto, os democráticos tinham-se resignado a que fosse a Grã-Bretanha a solicitar a nossa entrada no conflito ou então que o mesmo partisse de uma declaração de guerra pela Alemanha, facultando assim uma posição diplomática enquanto país oprimido.

Conquanto tal não tenha inviabilizado um apoio nacional nesses anos, mais ou menos declarado publicamente, à causa britânica enquanto aliada comercial e marítima. Argumentos que os germânicos haveriam de manifestar na sua declaração de guerra de 1916: permissão de passagem de tropas inglesas nas colónias africanas, venda de algum equipamento militar aos aliados, proibição de abastecimento de carvão aos navios alemães, licença das águas portuguesas para base naval da Marinha britânica ou a imputação velada da culpa da peleja aos Alemães<sup>5</sup>. O dever de honra junto dos Aliados ficou sempre latente no espírito nacional, mau grado a conturbada vida política e as intencionalidades revolucionárias como o «Movimento das Espadas» que daria lugar à ditadura de Pimenta de Castro (25 de janeiro a 14 de maio de 1915).

O panorama político portuense da época era um vivo exemplo dos antagonismos partidários nacionais. A Câmara Municipal do Porto era dirigida por uma comissão

---

<sup>5</sup> *Declaração de Guerra da Alemanha a Portugal*, em 9 de março de 1916, entregue por Friedrich Von Rosen a Augusto Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros do governo de Afonso Costa (29.11.1915-15.03.1916).

eleita maioritariamente entre os democráticos, que se viria a repetir no escrutínio legislativo de junho 1915, nos quais se congregavam os nomes de Henrique Pereira de Oliveira, Eduardo Santos Silva, Jaime Cortesão, Bernardo Lucas ou Elísio de Melo, figuras com algum peso no seio do partido a nível nacional e de relacionamento próximo com Afonso Costa. Reconhecidos opositores ao governo de Pimenta de Castro, que os acabaria por destituir a favor dos seus correligionários, a sua influência política no burgo continuou predominante sobrepondo-se aos interesses contrários, com especial incidência contra os monárquicos que chegariam a tentar um golpe no norte, a 25 de agosto de 1915.

Aliás, são várias as notícias das lides políticas na cidade dos conservadores, dos católicos e dos socialistas, de conspirações abortadas e atentados com bombas e petardos contra personalidades categorizadas e instituições ou até da tentativa de assassinato de Afonso Costa por um menor na estação de São Bento<sup>6</sup>. Todavia, seriam as dificuldades socioeconómicas as que patenteariam o maior perigo para a ordem pública e a autoridade republicana no seu controlo, lidando-se com os interesses de uma cidade comercial e industrial sempre atenta à salvaguarda das suas prerrogativas municipais e do seu foco centralizador regional.

Em 18 de setembro de 1914, o primeiro dos grandes motins populares com assaltos a armazéns de víveres e lojas comerciais e forte repressão policial, segundo as autoridades instigado pelos líderes dos movimentos operários locais, contra o aumento do desemprego e a carestia de vida. O escândalo, passado pouco mais de um mês, de falsificação e contrafação de moeda e as muitas greves por aumento dos salários e revisão dos regulamentos de trabalho, ao longo de todo o ano de 1915, dos mineiros de S. Pedro da Cova que abastecia a cidade de carvão vindo de Gondomar, das costureiras, dos tipógrafos e dos ourives contra as entidades patronais. Em fevereiro de 1916, os motins populares em todo o distrito encontraram o seu alvo no arrolamento do milho, encarecendo a venda do essencial pão e broa no regime alimentar das classes mais pobres, com assaltos a casa de lavradores e a padarias um pouco por todas as localidades dos concelhos vizinhos.

Tanto a Câmara Municipal como o Governo Civil do Porto irão requerer ao Governo a urgente fixação dos preços dos géneros alimentícios e das matérias-primas para acalmar os ânimos, dotando a Comissão de Assistência Pública com subsídios para a instalação de cozinhas económicas a favor das classes operárias e dos desempregados e a criação de uma Comissão de Subsistências para distribuição

---

<sup>6</sup> O referido atentado foi perpetrado por José Francisco da Silva Júnior, em 21 de fevereiro de 1915, de 14 anos de idade e que ficaria conhecido como o «Mata-Afonso». Membro da Juventude Católica do Porto, o seu móbil terá sido pessoal como represália pela prisão do pai, em virtude da sua participação gorada noutra tentativa monárquica do ano precedente.

dos géneros de primeira necessidade (17 de setembro de 1915). Pela edilidade foram tomadas outras medidas importantes como a aprovação do horário de 8 horas para o funcionalismo municipal e o lançamento de um programa de obras públicas com um novo programa urbanístico, entregue ao urbanista inglês Barry Parker, do qual no rasgar de novas artérias, edifícios públicos e bairros operários, a abertura de uma nova avenida central e dos Paços do Concelho seriam o ponto basilar.

A outra grande exigência da cidade foi a resolução da questão portuária do Douro e Leixões, muito aquém de reunirem as condições mínimas para poderem funcionar como centros portuários capazes de responder às exigências do crescente tráfego marítimo, como o exigiam as Associações Industrial e Comercial do Porto. Colocada de lado a hipótese de reconversão da barra do Douro pelas suas características topográficas a esse fim, os governos republicanos irão dar o seu apoio para o desenvolvimento do porto comercial de Leixões, a fim de se criar uma bacia de rotação mais ampla para as embarcações de maior tonelagem. Datam daqui a ampliação dos molhes e o desassoreamento do seu leito, a construção do farol hiper-radiante e sonoro, do posto de T.S.F. ou da estrada costeira até à Póvoa de Varzim.

Relativamente à 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial, a cidade do Porto mantinha a sua tendência patriótica de apoio aos países aliados, numa altura em que as frentes de combate se radicavam numa longa guerra das trincheiras, sem que as táticas militares dos oponentes dessem quaisquer sinais de superioridade que culminassem numa vitória final. Os portuenses corriam às despedidas dos súbditos estrangeiros ingleses e franceses que partiam para a luta europeia e dos soldados portugueses que seguiam para as expedições coloniais, grandes comitivas populares cruzavam a cidade para apresentar cumprimentos aos representantes consulares aliados e, aquando da presença de contingentes militares de passagem pela cidade, muitas homenagens eram-lhes prestadas no porto de Leixões ou nas salas de espetáculos e agremiações culturais.

Desde 8 de setembro de 1914, *O Comércio do Porto* inaugurara um serviço especial de notícias da guerra pelo telégrafo ou telefone, com preços mensais de 15 e 20 escudos respetivamente, a funcionar em todos os dias úteis para os assinantes interessados em se manterem devidamente atualizados sobre o cenário internacional. Por toda a linha costeira durante este impasse nacional, os Ministérios da Guerra e da Marinha reforçaram os pontos de defesa terrestres, como deslocação de mais esquadrões militares para o Castelo da Foz, e da zona marítima com cruzadores e torpedeiros a vigiar a costa, recebendo o apoio discreto britânico. Estes ao largo da costa protegiam, pelo ar e pelo mar, o movimento naval no Atlântico, por vezes aportando em Leixões ou realizando exercícios de manobras militares, que atraíam a atenção popular e vigiavam a presença dos perigosos submarinos alemães, que chegavam a atacar algumas embarcações de firmas comerciais portuenses durante as suas viagens transatlânticas.

Por intermédio da delegação no Porto da *Cruz Vermelha* ou por iniciativa particular, contabilizavam-se ainda vários médicos portuenses a prestar serviço junto do Exército Francês nos Hospitais de Sangue de Paris e de Bordéus e de várias senhoras a cumprir os seus cursos de Enfermagem. Ao esforço de guerra a Faculdade de Medicina do Porto, se concretizada a intenção da Grã-Bretanha de estabelecer hospitais similares na cidade, oferecia todo a colaboração da sua comunidade académica para o tratamento dos feridos de guerra. E o movimento da *Renascença Portuguesa*, que pela ligação dos seus membros-fundadores ao Partido Democrático se avocara intervencionista, resolveu criar uma «Sociedade Portuguesa de Instrução Militar» para preparar os seus associados com conteúdos teóricos e práticos, que lhes permitissem servir honradamente quando o espectro bélico enredasse a Pátria.

Nesta conduta similar convieram vários eventos particulares e públicos desde festas de sociedade, saraus e récitas, espetáculos musicais e teatros cujos fundos revertiam a favor das vítimas de guerra e dos soldados expedicionários portugueses e suas famílias, organizados pelo Clube Fenianos Portuenses, a Associação dos Estudantes do Porto, dos periódicos locais e de grupos de senhoras das mais distintas famílias do burgo, etc. Os alunos dos Liceus Rodrigues de Freitas e Alexandre Herculano e das escolas primárias organizaram bandos precatórios pelas ruas, substituindo em parte os corsos carnavalescos de 1915, recolhendo dinheiro, peças de joalharia, géneros alimentícios e de vestuário entregues às unidades militares. As inflexões sobre os destinos da Europa eram alvo de várias conferências e publicação de obras nos círculos intelectuais, espelhando as dissonâncias filosóficas e políticas de nomes como Agostinho de Campos, Teixeira de Pascoaes, Alberto Pinheiro Torres, Raul Tamagnini Barbosa, Aurélio Quintanilha e outros.

Mesmo sendo as grandes batalhas uma realidade distante do quotidiano das gentes do Porto, os seus efeitos não deixaram de ser perpetuados na sua identidade e toponímia, com a atribuição do nome de «Praça de Liège» ao Largo do Monte na freguesia da Foz, em tributo aos seus habitantes contra a invasão alemã (8 de outubro de 1914), ou a consternação geral pela morte de George Porte, a primeira vítima da colónia francesa na cidade (14 de outubro de 1914). Em 31 de março do ano seguinte, como homenagem póstuma aos primeiros soldados voluntários portugueses mortos em solo francês, Adolfo de Medeiros e Carlos Ornelas, o Núcleo Reformista do Porto mandou depositar duas coroas de louro e duas bandeiras nacionais, adquiridas por uma subscrição pública, que seguiram para o Museu do Exército Francês em Paris. Numa nota curiosa, nesse verão de 1915, no Clube Fenianos era apresentado um jogo de tabuleiro intitulado «Jogo da Guerra» de Jorge Coelho, idealizado nas estratégias militares então postas em prática pelas beligerantes da Entente e dos Impérios Centrais.

### 3. MARÇO DE 1916: PORTUGAL E O PORTO NA ENTRADA DO CONFLITO MUNDIAL

A 23 de fevereiro de 1916, perante a fragilidade de uma frota naval com demasiadas baixas à mão dos alemães, a Grã-Bretanha solicitava ao Governo Português a requisição dos navios alemães ancorados nos portos nacionais. O pretexto para a participação portuguesa estava assim firmado, de acordo com os interesses dos democráticos no poder, que prontamente decretaram o confisco legal das embarcações no cumprimento dos tratados diplomáticos. Na barra do Porto somente presente um navio mercante germânico, o «Vesta» foi apreendido pelas autoridades locais, mau grado a sua tripulação tudo ter feito para o tornar inoperacional com a destruição das máquinas e equipamentos náuticos<sup>7</sup>. Como resposta, a Alemanha declarou guerra a Portugal a 9 de março, almejando-se assim fugir-se ao estatuto de país agressor, que o Império Austro-Húngaro retorquiu a 15 do mesmo.

O novo governo da «União Sagrada» de António José de Almeida e Afonso Costa que entrava nessa altura em funções, uma coligação entre democráticos e evolucionistas, acordaram diplomaticamente a entrada do país na Grande Guerra pelo bloco dos Aliados. Não só os objetivos desta intervenção militar retinham o da defesa das colónias africanas e de uma possível ocupação pela Espanha monárquica, como era a oportunidade de afirmação internacional do regime republicano e de participação nas futuras conversações de paz, onde outros intentos posteriores poderiam amparar o desenvolvimento nacional. Quanto a alguns dos súbditos alemães residentes no Porto, conhecida a declaração oficial de guerra, as famílias de Ferdinand Claus, Eduardo Katzeinstein e Adolfo Hofle foram das primeiras a abandonar voluntariamente o seu lar de acolhimento.

Procurando conciliar os ideais políticos e religiosos em prol da Pátria e das contrariedades que se avizinhavam, nascia no burgo uma das mais relevantes instituições filantrópicas neste contexto militar: a Junta Patriótica do Norte, sob presidência do Prof. Alberto de Aguiar, resultante de reuniões particulares prévias, anunciada a 15 de março e oficializada em 8 de abril desse ano. Acolhendo gradualmente representantes de todas as organizações locais políticas, culturais, educativas, sindicais, religiosas, etc., a sua missão original definiu-se na assistência e socorro às vítimas da guerra, à resolução do problema das subsistências, da propaganda patriótica e do concurso para a defesa nacional<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> No primeiro dia de junho de 1916, após uma apurada recuperação pelos técnicos e operários das Fundições de Massarelos, o «Vesta» seria batizado de «Foz do Douro» consignado à firma portuense A. J. Gonçalves de Morais & Filhos.

<sup>8</sup> CORREIA, 2011: 33-50.

A Imprensa portuense regista ainda no dia 16 de março uma imponente manifestação pública dos habitantes da cidade e proximidade no apoio incondicional aos Aliados, reunindo dezenas de milhar de elementos, que apresentaram as saudações e a solidariedade junto dos representantes desses países que aqui dispunham de consulados. À noite, no Salão Árabe do Palácio da Bolsa, coube ao cônsul da Grã-Bretanha Honórus Grant agradecer o apoio demonstrado em nome das nações estrangeiras, depois dos discursos oficiais pelos edis municipais, representantes económicos e académicos e outros quanto à justeza da vitória sobretudo face à Alemanha. Já quase no final deste mês, neste espírito patriótico efervescente, os monárquicos do Porto alteram a sua postura anti bélica, correspondendo ao manifesto de D. Manuel II no exílio britânico, oferecendo os seus serviços à República pela causa nacional na conflagração europeia.

#### 4. DE ABRIL DE 1916 A OUTUBRO DE 1918: MUTAÇÕES LOCAIS E NACIONAIS NUMA LONGA GUERRA

Ao contrário do período que antecedeu a intervenção de Portugal na Grande Guerra, os cerca de dois anos e meio da presença militar nos campos de batalha da Flandres e de África ficaram profundamente estigmatizados pelas deambulações políticas internas, daí resultando uma flagrante clivagem quanto aos rumos do país no quadro internacional. Esta situação político-militar entre a «República Velha» e a «República Nova» deve, portanto, ser explicitamente discriminada nesta análise temática. Até porque as opções tomadas pelas distintas autoridades governativas influíram em estreita correlação, tanto como foram influídas num manobrar oportuno, com uma mudança de sentimento nacional entre a coragem e a provação perante uma dura vivência do quotidiano.

Se entre os portugueses em geral fora expectável que a «União Sagrada» pudesse consolidar uma estabilidade governativa que frequentemente falhava, sobretudo pela sintonia das vozes políticas para se atravessar os tempos de guerra, em pouco menos de um ano tal retrato seria estilhaçado com o regresso isolado dos democráticos ao poder. Ainda assim, entre 15 de março de 1916 a 10 de dezembro de 1917, jamais a orientação das políticas tomadas colocou em risco as exigências e os deveres internacionais de colaborar com os Aliados nas campanhas militares. Além de uma nova expedição anual mobilizada para as colónias africanas, o grande esforço militar desses primeiros meses foi para a formação e treino do Corpo Expedicionário Português, cujas primeiras unidades partiram para a França em inícios de 1917<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> A primeira vítima portuense nas trincheiras francesas foi a do tenente Mário Augusto Teles Grilo, a 13 de junho de 1917, oficial de Infantaria 18. Nesse mês de agosto chegou uma mesma funesta notícia para Vila Nova de Gaia com a morte do soldado Serafim Sarapantelo.

No caso da vereação da Câmara Municipal do Porto, as normas do poder central foram integralmente respeitadas, procurando-se proteger os sectores económicos vitais e acalmar alguns tumultos sociais, particularmente junto das camadas operárias e populares que protestavam contra o encarecimento do custo de vida. Os restantes estoicamente foram aceitando as imposições práticas para canalizar fundos e matérias-primas para o sorvedor orçamento militar: supressão de alguns horários das linhas ferroviárias, redução da iluminação pública, postos de venda nas esquadras policiais dos produtos de primeira necessidade geridos pela Comissão Municipal de Subsistências, agravamento da crise alimentar, etc. Nas eleições municipais de novembro de 1917, uma vez mais o Partido Democrático reuniu a maioria dos votos, sendo reeleito presidente Henrique Pereira de Oliveira e reconduzidos vários dos edis.

Porém, de imediato, a grande sangria que o burgo portuense sofreu foi ao nível da sua comunidade de súbditos alemães, colocados no limbo legal de passarem a ser considerados inimigos do país e o conseqüente congelamento dos seus bens<sup>10</sup>. Enquanto alguns elementos das famílias como os Burmester, Stube, Rothes, Roseler, Gerstlacher, Lehmann, Van der Niepport, Wandschneider, etc., optaram por se retirar para Espanha; outras personalidades requereram permissão para manter a sua residência ou abdicaram da nacionalidade alemã, principalmente entre o segmento feminino, como os ilustres D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos ou os herdeiros de Emílio Biel. Unicamente uma holandesa acabaria acusada de espionagem para a Alemanha e com ordem de expulsão do país: a professora Christina Haussmann.

Ao nível económico foi um duro golpe para a atividade industrial e comercial local, pelo facto de parte de algumas unidades fabris, estabelecimentos comerciais e companhias de Vinho do Porto, das quais eram proprietários e/ou sócios, ficarem embargadas ou até encerradas enquanto se resolvessem as questões legais da sua nacionalização. E as suas repercussões foram se avolumando com o passar dos meses, em alguns momentos vivendo-se perto do anúncio de «estado de sítio», quer pelos motins populares impulsionados pelo associativismo operário e os meios socialista e católicos, quer pelas greves dos funcionários dos C.T.T. do norte e dos mineiros de S. Pedro da Cova.

Militarmente, a juntar-se às frequentes despedidas dos oficiais militares e milicianos e batalhões das unidades portuenses, assiste-se a um incremento da presença e das atividades em seu auxílio. O Ministério da Guerra estabeleceu uma filial do Depósito Geral de Fardamentos (12 de agosto de 1916), uma missão militar anglo-

---

<sup>10</sup> Decreto n.º 2 350, de 21 de abril de 1916: banindo do continente da República todos os súbditos alemães de ambos os sexos e estabelecendo a condição jurídica dos súbditos inimigos. *Diário do Governo*: I série, n.º 78 (1916). Decreto n.º 2 355, de 23 de abril de 1916: regulamentando algumas das disposições do decreto n.º 2350, suplemento de 10 de abril de 1916. *Diário do Governo*: I série, n.º 80 (1916).

-francesa visitou o distrito para avaliar os serviços locais do Exército Português (21 de setembro) e chega-se mesmo a projetar o desmantelamento do Mercado Ferreira Borges para aproveitar a sua cobertura para a construção do hangar de aterragem para o futuro Centro de Aviação (18 de novembro). Desde o verão de 1917, uma esquadra naval francesa atracaria permanentemente em Leixões para defesa das barras portuárias nortenhas, coadjuvados por brigadeiros e caça-minas britânicos, isto depois de vários relatos de submarinos alemães a rondar a faixa litoral e a atacar com torpedos embarcações de pesca e de transporte, em alguns dos casos com sucesso e provocando vítimas mortais.

Uma grandiosa onda de solidariedade despertou como resposta contra o adversário germânico e o apoio aos soldados portugueses e aliados, grandes cortejos cívicos aquando das vitórias nacionais em África e a comemoração do «Dia dos Aliados» pela cidade, a 9 de junho de 1917. Os alunos das escolas públicas da cidade foram até presenteados com uma cópia da declaração do presidente Wilson ao Congresso Norte-Americano, iniciativa camarária pela entrada dos E.U.A. no conflito mundial, e muitas personalidades defendiam na tribuna pública em conferências e sessões patrióticas a importância da participação portuguesa: Ricardo Jorge, Leonardo Coimbra, Basílio Teles, Ângelo Vaz, Diogo Cassels, Ana de Castro Osório, Egas Moniz, Artur Barros Basto, etc. A dinâmica indústria cinematográfica, através da famosa Invicta-Filme, mantinha todos a par dos acontecimentos de guerra com a exibição de documentários sobre o Centro de Instrução de Tancos ou a Batalha de Marne, esta apresentada pelo fotógrafo francês Jules Gervais-Courtellemont.

Outros tantos eventos sucederam-se entre a sociedade local para recolher fundos para prestar assistência aos soldados portugueses, às suas viúvas e órfãos: espetáculos teatrais de carácter patriótico, angariação de géneros e vestuário pelas alunas do Liceu Feminino, bazares de prendas, leilões de peças artísticas doadas pelos seus autores, feiras de caridade ou grandes peditórios públicos, o de maior sucesso a «Festa da Flor», em 18 de abril de 1917, que reuniu um saldo de 33 contos, peças de ouro e prata, vestuário e artigos de mercearia. Muitos revertiam a favor dos cofres de organizações como a Cruz Vermelha, a Sociedade Humanitária, a Comissão de Assistência Pública ou as recém-fundadas Cruzada das Mulheres Portuguesas, a Societé Amicale Franco-Portugais e a Associação de Assistência às Vítimas da Guerra.

O maior destaque concentrava-se na ação da Junta Patriótica do Norte, responsável pela criação de um «Núcleo Feminino de Assistência à Infância» (19 de agosto de 1916) e a «Casa dos Filhos dos Soldados» (25 de junho seguinte), a par de outros tantos certames solidários. Especial destaque merecia também a assistência hospitalar aos soldados feridos, com novos cursos de Enfermagem pela Cruzada das Mulheres Portuguesas, ou a cedência de D. Manuel II do Palácio dos Carrancas para um Hospital de Guerra e dos postos de socorros a Náufragos do Passeio Alegre e da Comissão

do Salva-Vidas da Foz do Douro para hospital e enfermaria de convalescença. Um projeto inédito não materializado foi a proposta do Dr. Santos Silva, aprovada pela vereação, de se criar no Porto uma Escola de Reeducação para os soldados mutilados.

Certo é que toda esta renúncia e exaltação pela presença de Portugal na Grande Guerra não tardou a esmorecer de norte a sul do país, onde o arrastar da guerra maximizava as dificuldades económicas e sociais e um crescente descontentamento generalizado, que se alastrava também ao Exército Português que se queixava da falta de meios para uma verdadeira eficácia militar junto das nações aliadas. O triunfo da revolta do major Sidónio Pais e depois a sua ditatorial «República Nova» (11 de dezembro de 1917 a 14 de dezembro de 1918) confirmaram esta inclinação anti intervencionista, mesmo aquiescendo numa quinta campanha colonial, a alteração das ordens de serviço no C.E.P. e a suspensão do esforço de guerra levaram a um certo desprestígio internacional.

Pela atitude da Câmara Municipal do Porto ao conhecer a notícia da vitória do golpe revolucionário, a sua direção tinha compreendido precocemente esse prognóstico, a recusa de saudação ao novo Chefe de Estado foi transmutada para os soldados portugueses nos campos de batalha. O novo regime acabaria por substituir todos os membros dos organismos políticos, policiais e militares portuenses pelos partidários do seu movimento, mas a instabilidade política continuaria com diversas conspirações e intentonas dos opositores e um peso acentuado da União Operária Nacional neste meio citadino, resultando em várias cenas de prisões, cargas policiais e perseguições aos seus elementos e dirigentes. Entre os mais queixosos encontravam-se os ferroviários e os pescadores, cujas traineiras arriscavam cada vez menos as pescarias em alto mar pela maior frequência dos submarinos alemães piratas, juntando-se assim a falta do peixe às recorrentes dos cereais, da carne e do carvão.

Quiçá o Sidonismo nem terá sido o responsável pelo afastamento dos tripeiros quanto ao desassossego face à 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial nesse ano de 1918, um certo desfasamento pela sorte dos soldados portugueses tinha dado lugar ao sofrimento e destino individual com as vagas epidémicas que arrasaram a cidade «no avolumar da crise de subsistência e de um estado de depressão moral»<sup>11</sup>. Primeiro o surto de tifo exantemático nesse primeiro semestre, logo advindo a gripe pneumónica até final do ano, fazendo disparar a taxa de mortalidade graças à insalubridade das casas, à falta de condições sanitárias e de higiene e ao abatimento físico de indivíduos debilitados pela fome e as doenças cíclicas. Compreende-se neste ambiente o desvio da anterior boa-vontade particular e pública dos soldados para os doentes, as festas e peditórios passaram a reverter para ajuda aos tifosos e as classes mais pobres, os equipamentos de prestação de serviços e cuidados de saúde foram reconvertidos para o seu tratamento.

---

<sup>11</sup> ARAÚJO, 2014b: 124.

Isto mesmo reportam as notícias periódicas sobre a cidade do Porto, a *Obra de Assistência* 5 de Dezembro e a *Cruz Branca* foram fundadas para o socorro à pobreza envergonhada, os proprietários das ilhas eram intimados a proceder a obras de recuperação e higienização, ampliou-se a rede de bairros operários e das cozinhas económicas... A Junta Patriótica do Norte, a *Société Amicale Franco-Portugais* e o *Triângulo Vermelho*, associação internacional de apoio aos soldados do C.E.P., são das poucas a merecer ainda um apoio popular mais consistente, ante as agremiações femininas e católicas que se colocam ao lado dos pobres, dos indigentes e das crianças. Só os dias seguintes ao de 9 de abril de 1918, a famosa batalha de La Lys em que os nossos soldados sofreram uma pesada derrota, voltou a despertar o grande público para o descalabro nos palcos da guerra.

Declarações públicas à bravura e dignidade dos resistentes e o sentido pesar pelos perecidos pelo Grémio Centrista do Porto, a Câmara Municipal do Porto e outras coletividades, a atribuição do nome de «Avenida da França» em sua honra à rua das Pirâmides na Boavista (11 de julho) e a catadupa de notícias contraditórias sobre os militares portuenses entre os mortos e feitos prisioneiros, que chegaram às famílias com muitas semanas de atraso. E em outubro a emergência póstuma de um herói portuense, o primeiro-tenente Carvalho de Araújo<sup>12</sup> no comando do caça-minas «Augusto de Castilho», que dispendo da sua vida e da tripulação, na madrugada do dia 14, atacou o submarino germânico «U-139» para defender o epicamente o paquete «São Miguel» no mar dos Açores.

## 5. NOVEMBRO DE 1918: O FIM DA GRANDE GUERRA

Desde final de setembro que vários beligerantes das Potências Centrais vinham assinando armistícios perante a superioridade militar dos Aliados, mas enquanto a Alemanha não desistiu dos seus intentos eram poucos os que ousavam declarar o final da contenda mundial. Por fim, um dia antes do anúncio da abdicação de Guilherme II e da instauração de uma República alemã, já no Porto se celebrava a notícia da proposta de um armistício germânico, com grandes manifestações populares e a iluminação dos edifícios e dos navios surtos no Douro e Leixões. Assinado três dias depois o Armistício, a 11 de novembro de 1918, as festas pela vitória portuguesa e aliada atingiram o rubro na cidade: desfiles pelas ruas centrais, telegramas de felicitações pelas associações locais de vária índole, salvas de palmas nos teatros, sessões

---

<sup>12</sup> Ao contrário do comumente referenciado, José Botelho de Carvalho de Araújo (1881-1918) nasceu na freguesia de São Nicolau da cidade do Porto, da qual a família materna era natural, tendo só cerca de dois meses depois os pais regressado a Vila Real, local onde decorreu a sua infância e mocidade e que lhe prestou homenagem com o seu nome e uma estátua na avenida principal.

solenes na Société Amicale Franco-Portugais, no Ateneu Comercial do Porto e na Junta Patriótica do Norte.

O pesadelo da Grande Guerra estava encerrado e nos dois feriados nacionais comemorativos da ocasião, celebrados a 12 e 28 desse m  s, demonstrou-se publicamente o alívio e a euforia pelo fim dos sacrifícios impostos e do regresso dos soldados lusos a casa. Na reunião camarária desse dia 14, o Porto decide atribuir    nova artéria central, entre a Praça da Liberdade e a Trindade, o honroso nome de «Avenida das Na  es Aliadas»! Uma subscri  o pública foi lançada para oferecer uma salva de prata lavrada com «Génie de la Libert  » e uma taça de honra camoniana com o brasão de armas da Invicta ao marechal Ferdinand Foch, comandante das grandes ofensivas aliadas na frente ocidental, e já para o final do mês despedia-se a armada francesa sediada no porto de Leixões.

No seio das comunidades estrangeiras portuenses, dado a sua maior presença e proje  o socioecon  mica, a francesa e a britânica foram as que mais patentearam o seu contentamento e o apoio português. Os primeiros descerraram placas comemorativas da vitória no seu Consulado, na Câmara do Comércio Francesa e na Société De Bienfaisance Franco-Belge, bem como erigir um mausoléu aos mortos da col  nia num dos cemitérios municipais, os últimos com um grandioso banquete na Associa  o Britânica do Porto com a presença das autoridades políticas, militares e administrativas de ambos os países. S   que o torpor da indefini  o política até ao final do ano e nos primeiros meses de 1919 quase que eclipsou as notícias referentes aos últimos desenvolvimentos do conflito de quatro anos.

O assassinato de Sid  nio Pais, o governo da Junta Militar do Norte, o episódio da «Monarquia do Norte» e o regresso    «República Velha» passaram a dominar a imprensa periódica portuense. Há poucas referências no plano local    reaq  es durante as negocia  es da Conferência de Paz de Paris, do regresso dos soldados do C.E.P. e das col  nias africanas, da liberta  o dos que tinham ficado reféns dos alemães. Das iniciativas locais que persistiam em vingar o apoio aos soldados e    suas famílias salientavam-se as da Junta Patriótica do Norte, do Triângulo Vermelho e da Renascença Portuguesa, recolhendo donativos, organizando saraus e vendas de caridade, publicando monografias com as memórias de guerra, não deixando cair no esquecimento os mutilados, as viúvas e os órfãos do Exército Português.

## 6. EIXOS DE REFLEXÃO SOBRE O PORTO NA GRANDE GUERRA

Diante a quantidade de informa  o factual disponibilizada por um qualquer periódico, um dos grandes meios na forma  o da emergente opinião pública, mesmo que condensada nas páginas d' *O Tripeiro* consultados para o âmbito cronológico de 1914-1918, muitos outros acontecimentos de menor alcance poderiam ter integrado

o presente ensaio pelas suas ligações diretas com o fenómeno da 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial. Todavia, pelo exposto ficará construída uma visão global sobre as vivências da cidade do Porto durante esses anos de um ciclo perene de mudanças, enaltecendo os exemplos individuais e coletivos e a memória do burgo sobre uma conflagração que, passado um século, se começa a compreender as profundas transformações radicais e o legado funesto da sua herança.

Não obstante as campanhas de guerra nunca terem decorrido em solo luso, o caso da Invicta serve como um valioso estudo de caso sobre as suas implicâncias políticas, económicas, sociais e militares para uma dimensão nacional. Ainda que no caso desta localidade, onde a influência do Partido Democrático na sua governação poderá ter concedido maior relevância ao conflito mundial, frisando os valores patrióticos e nacionalistas da liberdade e democracia, se possam distinguir três grandes fases na conduta dos seus agentes sociais e da evolução do seu quotidiano: a euforia dos primeiros anos, a abnegação e os sacrifícios pela causa da guerra e a desmotivação e quebranto final.

O primeiro desses momentos ter-se-á desenrolado entre a eclosão do pleito europeu e a entrada formal de Portugal nessas operações militares em África e na França, de grosso modo de meados de 1914 a inícios de 1916. Nele se denota uma identificação imediata da cidade com a Tríplice Entente, com uma perceção da Alemanha como a grande inimiga e culpada pelas hostilidades militares, tanto pelo seu ideário republicano e valores liberais, como pelos laços mais fraternais com países como a Inglaterra e a França, através das suas comunidades aqui residentes com crescente peso no tecido social desde Oitocentos. Assumida a posição de pseudoneutralidade de Portugal, esse sentimento patriótico não esmoreceu e o amparo manteve-se nas saudações aos povos oprimidos, aos soldados nas trincheiras, na caridade e assistência às vítimas da guerra além-fronteiras. E conhecidos os eventuais riscos que todo este fenómeno teria sobre as suas relações comerciais e industriais, em particular sobre os negócios do Vinho do Porto, e a degenerescência das condições de vida, os meios locais e as grandes individualidades políticas e intelectuais alinharam sempre, de forma mais ou menos velada, pelo discurso intervencionista democrático e evolucionista.

A declaração de guerra da Alemanha e os primeiros anos do estado de guerra português, de março de 1916 ao triunfo sidonista em finais do ano seguinte, marcaram uma segunda fase para esta realidade local, com o reafirmar portuense do apoio incondicional aos Aliados. Então movendo-se as diligências para uma preparação efetiva para as campanhas militares, que não as rotineiras nas mais pacíficas colónias africanas, prescindiram-se de parte dos investimentos regionais canalizados para o Exército e em que o ensejo solidário com os militares passou a estar na ordem do dia, como o ratifica o aparecimento da extremamente ativa Junta Patriótica do Norte.

No contexto bélico com o aproximar da luta das fronteiras citadinas, movimentações essencialmente marítimas com a passagem de fragatas, brigadeiros, torpedeiros e caça-minas dos aliados, procurando demover a maior presença dos submarinos alemães e as suas ameaças junto da linha de costa nortenha. Isto além da intensa vida diplomática para a zona norte na resolução das questões internacionais mais prementes, que passavam pelos consulados instalados no Porto, onde exerciam representantes de nações como Grã-Bretanha, Brasil, França, Espanha, Rússia, Itália, Holanda, Grécia, Cuba, Bélgica, China, Panamá e Chile.

Por último, uma terceira fase nesse longínquo ano de 1918, a mudança do sentimento popular nacional pelas dificuldades internas da economia de guerra, as intencões políticas e a instabilidade governativa republicana, a relutância no envio de tropas para uma guerra estacionária e mortífera pelo recurso a novas armas como as metralhadoras, os tanques, os gases tóxicos, etc. Uma metamorfose que no Porto se poderá ter devido mais à desorientação administrativa pelas consequências danosas dos surtos epidémicos de tifo e gripe, sentidos com mais incidência na zona norte e aqui com maior número de vítimas pela sua maior densidade populacional, obrigando a urbe a concentrar-se na assistência médica aos doentes e à resolução desses problemas internos. Num feliz acaso e alívio das suas gentes, terminando sensivelmente ao mesmo tempo esses espectros da guerra e da doença, celebrados com grande entusiasmo aquando da rendição alemã.

Inegável é durante todo o conflito os elevados contributos materiais e humanos das muitas iniciativas promovidas pelas instituições portuenses, em especial a rede de ensino público primário, liceal e técnico e a própria Universidade do Porto, por ventura, aquela que mais elementos viu mobilizado para as forças expedicionárias na falta de oficiais médicos, farmacêuticos e engenheiros entre a classe militar, que condecorou com o doutoramento *honoris causa* os marechal Joseph Joffre, general Armando Diaz e general Horace Smith-Dorrien, chefes do estado-maior dos exércitos aliados em 1921, e um monumento aos estudantes universitários mortos nessa contenda<sup>13</sup>. Mas também todo o papel das outras agremiações económicas, industriais, culturais, religiosas e de beneficência social: a Renascença Portuguesa, a Associação Comercial do Porto, o Clube Fenianos, o Banco Borges & Irmão ou a Adriano Ramos Pinto para citar só alguns, incluindo o segmento feminino das famílias mais influentes que organizaram diversos peditórios e festas em favor dos soldados e das suas famílias e ofereceram-se para prestar serviços de saúde como enfermeiras nos hospitais e na Cruz Vermelha.

No atual programa de comemoração do centenário da 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial não se poderá arrematar estas palavras sem estabelecer uma dialética entre este acontecimento

---

<sup>13</sup> ALVES & ARAÚJO, 2014: 137.

mundial e as suas representações patrimoniais que alteraram o traçado urbanístico do Porto. Quase todos os portuenses sabem identificar o Monumento aos Mortos da Grande Guerra na praça Carlos Alberto, inaugurado a 9 de abril de 1928, da autoria de Manuel Marques e Henrique Moreira. Contudo, a maioria desconhecerá que o primitivo conjunto artístico de José de Oliveira Ferreira, patrocinado pela Junta Patriótica do Norte, sobreviveu uns meros três meses antes da Câmara Municipal o mandar demolir, em inícios de 1925, por não ter agradado à população.

De certo modo, serão ainda poucos aqueles que conseguem localizar as placas comemorativas em edifícios públicos e nos cemitérios municipais aos soldados mortos nessa inglória luta, um significativo roteiro turístico que se encontra por levantar e inventariar. Ou que os grandes planos urbanísticos da baixa e arredores e do porto de Leixões datam deste período conturbado, harmonizando as premissas da modernidade com uma política de obras públicas municipais, que garantisse o trabalho e o pão às classes trabalhadoras tão prejudicadas e amarguradas com a carestia de vida experienciada nesses tempos.

E, finalmente, para a história da cidade do Porto subsiste uma memória toponímica relativa à Grande Guerra, pequena lembrança do heroísmo e patriotismo do povo português no único conflito armado internacional em que o país tomou parte no século XX: praça de Liège, avenida da França, rua Nove de Abril, avenida dos Combatentes da Grande Guerra, rua do tenente Mário Grilo, rua de Carvalho Araújo e a avenida dos Aliados, esta ainda hoje e desde sempre a «sala de visitas» da Invicta Cidade.

## BIBLIOGRAFIA FINAL

- ALVES, Luís Alberto; ARAÚJO, Francisco Miguel (2014) – *Rumos da internacionalização na história da U.Porto*. In Teixeira, Pedro, ed. – *Percursos da internacionalização na Universidade do Porto – uma visão centenária*. Porto: U.Porto-Edições Centenário, 83-173.
- ARAÚJO, Francisco Miguel (2014a) – *O Tripeiro (Porto, 1908 – {1974})*. «Dicionário de Historiadores Portugueses» [em publicação].
- ARAÚJO, Francisco Miguel (2014b) – *Médicos milicianos portugueses nos palcos da Grande Guerra*. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10362/11877>>. [Consulta realizada em 08/09/2014].
- CORDEIRO, José Manuel Lopes (2010) – *História do Porto: desafios à República, Cidade inconformada e rebelde*. Matosinhos: QuidNovi.
- CORREIA, Sílvia (2011) – *A Junta Patriótica do Norte: um projecto republicano de rememoração da I Guerra Mundial em Portugal*. «CEM Cultura, Espaço & Memória: Revista do CITCEM», n.º 2. Porto: CITCEM, p. 33-50.
- GILBERT, Martin (2004) – *The First World War: A Complete History*. Florida: Owl Books.
- O Tripeiro: revista mensal de divulgação e cultura, ao serviço da cidade e das suas tradições* (1964-1968), 6.ª série, anos IV-VIII.

- PEREIRA, Gaspar Martins, *org.* (2002) – *Eduardo Santos Silva: cidadão do Porto (1879-1960)*. Porto: Campo das Letras.
- PERES, Damião, *ed.* (1954) – *História de Portugal: suplemento*, Porto: Portucalense Editora.
- RAMOS, Luís de Oliveira, *dir.* (2000) – *História do Porto*. Porto: Porto Editora.
- RAMOS, Rui (1994) – *As Guerras da República (1911-1917)*. In MATTOSO, *dir.* – *História de Portugal: A Segunda Fundação (1890-1926)*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 435-528.
- SOUSA, Fernando de, *coord.* – *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2013)*. Porto: CEPSE/Câmara Municipal do Porto.
- SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes (2002) – *Leixões – uma história portuária*. Porto: APDL-Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA.
- TENGARRINHA, José (1989) – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.